

## DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1. Quanto à prescrição e à decadência, responda:

- a) Lei ordinária estadual pode estipular o prazo decadencial dos tributos de sua competência? Justifique. (0,50 ponto) ✓
- b) Quando se inicia a contagem do prazo para constituição do crédito tributário para os tributos sujeitos ao lançamento por homologação, nos casos em que não há antecipação de pagamento? Justifique. (0,75 ponto) ✓
- c) Quais os efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário para a contagem do prazo prescricional? A suspensão da exigibilidade obsta a constituição do crédito tributário, a inscrição em dívida ativa e a propositura da execução fiscal? Justifique. (0,75 ponto)
- d) Há hipóteses específicas em que o magistrado, em sede de liminar, não apenas suspende a exigibilidade do crédito tributário como também exara ordem proibitiva da realização do lançamento em desfavor de determinados contribuintes. Nestes casos, quais os efeitos desta ordem proibitiva no tocante à decadência? Justifique. (0,75 ponto) →

2. Segundo o artigo 155, § 2º, inciso I da CF/88, o ICMS será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal. Sendo assim, na qualidade de Procurador do Estado, demandado a se manifestar sobre o princípio da não-cumulatividade do ICMS, responda:

- a) A exigência de estorno integral do crédito de ICMS (glosa) relativo à operação de venda e compra de insumos que foram utilizados posteriormente no processo de industrialização, violaria o princípio da não-cumulatividade se as saídas daqueles insumos fossem realizadas com alíquota zero? Justifique. (0,75 ponto)
- b) A exigência de estorno integral do crédito de ICMS (glosa) relativo à operação de venda e compra de insumos que foram utilizados posteriormente no processo de industrialização, violaria o princípio da não-cumulatividade se as saídas daqueles insumos fossem realizadas com redução de base de cálculo decorrente de benefício fiscal? Justifique. (1,00 ponto)

3. A Empresa "X" ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal em desfavor do Estado de Mato Grosso do Sul pleiteando a desconstituição dos Autos de Infração "A", "B" e "C", com pedido de concessão de liminar para o fim de se expedir certidão positiva com efeitos de negativa. A Empresa "X" atua no ramo de construção civil e visa referida certidão para poder participar de certames (licitação) junto ao poder público estadual.

Em juízo de cognição superficial, a liminar foi deferida nos exatos termos pleiteados.

Na sentença, curvou-se o magistrado pela anulação dos Autos "A" e "B", mantendo-se válido apenas o Auto "C".

As partes interpuseram recursos de apelação que foram recebidos no duplo efeito. No Tribunal de Justiça houve inversão de julgamento, ou seja, anulou-se o Auto "C", mantendo-se válidos os Autos "A" e "B".

Diante do acórdão proferido, ambas as partes embargaram de declaração, recurso este ainda pendente de apreciação.

Não obstante isso, após a publicação do acórdão, mas antes mesmo da apreciação dos embargos de declaração, a Empresa "X" requereu administrativamente certidão positiva com efeitos de negativa ao Estado. Alegou a Empresa requerente que a decisão do Tribunal de Justiça não teria executoriedade, já que ainda não transitada em julgado, por isso teria direito à certidão pleiteada.

Na qualidade de Procurador do Estado, o requerimento foi distribuído a você para análise e manifestação. Sendo assim, manifeste-se quanto ao requerimento administrativo de expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, apresentando a tese que melhor preserva os interesses do Estado. (1,50 pontos)

4. A doutrina atual é unânime em afirmar que o Código Civil vigente é um marco no rompimento dos valores individuais e privatísticos do antigo Diploma de 1916. Ante aos novos valores paradigmáticos trazidos pelo vigente sistema civil brasileiro, explique o conteúdo e o alcance do princípio da conservação do negócio jurídico, elencando os pressupostos para a sua configuração, citando, inclusive exemplos práticos da sua aplicação. (1,00 ponto)

5. A promulgação da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), acabou por gerar uma diminuição significativa dos investimentos do poder público, vez que impôs um severo corte nos orçamentos da administração pública. Alguns autores, contudo, observam que ao invés dos nossos governantes ficarem se lamentando, há que se avaliar a utilização dos novos mecanismos disponíveis em nossa legislação mais recente, entre eles, o direito de superfície, previsto tanto no Estatuto da Cidade como no Código Civil de 2002. Assim sendo, dentro de tal contexto, e observada a necessidade do cumprimento da função social pela propriedade, bem como a aplicação de uma política de planejamento eficaz, disserte sobre a utilidade/possibilidade da utilização do direito real de superfície, como alternativa viável à melhor utilização de espaços vazios, às desapropriações e instrumento de atendimento da Lei 11.079/04 (que instituiu a parceria público-privada no âmbito da administração pública). (1,00 ponto)

6. O Estado de Mato Grosso do Sul, por critério de utilidade pública, resolve, através de Decreto, transformar em parque ecológico uma área de 5.000 hectares localizada no município "K". Ocorre que já transcorreram mais de 7 anos da publicação do referido Decreto sem que o Estado tenha dado início aos procedimentos administrativos ou judiciais de desapropriação e o conseqüente pagamento das indenizações. Face ao ocorrido, os proprietários, mesmo sem terem sofrido restrições na posse dos seus imóveis, alegando diversos prejuízos decorrentes da expectativa da desapropriação, ingressam em juízo pleiteando indenizações. Diante desta situação, disserte sobre a impossibilidade da responsabilização do Estado, apontando os fundamentos jurídicos que sustentam a sua opinião. (1,00 ponto)

7. Considere uma sociedade limitada na qual o seu capital social subscrito é de R\$ 100.000,00, cabendo a Antônio a quota de R\$ 50.000,00, a João a quota de R\$ 30.000,00, e a José a quota de R\$ 20.000,00. Ocorre que Antônio integralizou R\$ 10.000,00 da sua quota de R\$ 50.000,00, sendo que os demais sócios integralizaram totalmente as suas quotas. Ante tal situação é possível que os credores da sociedade, na hipótese de insuficiência do patrimônio social integralizado, cobrar pessoalmente do sócio José a importância de R\$ 40.000,00, não integralizada por Antônio? Fundamente. (1,00 ponto)

100.000,00      100% SUBSCRITO

Antônio	50.000	→	10.000
José	20.000		20.000
João	20.000		20.000